

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SÃO PAULO URBANISMO

---

## SUMÁRIO

<b>I. APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>II. REVISÃO PARTICIPATIVA DO MARCO REGULATÓRIO DE POLÍTICA URBANA</b>	<b>5</b>
1. Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico	5
2. Revisão Participativa da Lei de Uso e Ocupação do Solo – Zoneamento	7
3. Revisão Participativa dos Planos Regionais	9
4. Implantação do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade	10
<b>III. ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO</b>	<b>11</b>
1. Programa de Metas	11
2. Corredores de Ônibus	12
3. Território CEU e Rede Integrada de Equipamentos	13
4. Estudos de apoio à Macrodrenagem Urbana	15
5. Governo Local – Descentralização Administrativa	18
<b>IV. DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS URBANOS</b>	<b>19</b>
<b>V. GESTÃO DE SISTEMAS E INSTRUMENTOS DE TECNOLOGIA, PRODUÇÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>VI. ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>26</b>
1. Reforço dos canais de participação institucionais existentes	26
2. Implementação de novos processos participativos	28
3. Realização de parcerias para desenvolvimento de estudos, pesquisas aplicadas e difusão	29
<b>VI. GESTÃO INTERNA E MELHORIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO</b>	<b>31</b>

## **I. APRESENTAÇÃO**

A questão urbana é central no atual Plano de Governo que aponta diretrizes para o desenvolvimento urbano e para a reestruturação da cidade. Construído durante a campanha à Prefeitura Municipal, com a participação de vários setores da sociedade e de urbanistas experientes, esse Plano buscou afirmar a importância da mobilidade na reconfiguração urbana para uma cidade mais justa e ambientalmente sustentável. A reocupação dos espaços públicos, deflagrada ainda durante a campanha eleitoral pelo emblemático movimento de ocupação da Praça Roosevelt com o slogan Existe Amor em SP, compôs um dos principais eixos de ação do governo – o de resignificar e estimular a ocupação dos espaços públicos da cidade.

O Plano de Governo foi ponto de partida para a construção participativa do Programa de Metas 2013-2016, que contempla 123 metas distribuídas em 3 eixos temáticos e 23 objetivos. Destas, sete são de responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, uma das quais já cumprida: a condução do processo participativo de revisão do Plano Diretor Estratégico e sua consolidação em Projeto de Lei, enviado à Câmara Municipal em setembro de 2013.

Mas, para além das sete metas diretamente sob responsabilidade de SMDU, há um conjunto de metas apoiadas pela ação de planejamento e projeto, fundamentais para a articulação das políticas setoriais no território. Com este apoio, a intervenção de SMDU atinge 68% das metas do Programa.

Esta participação intensa para configurar a coerência urbanística das ações de governo exigiu da SMDU reorganização interna das equipes, maior atenção à formulação nos campos da informação para o planejamento, das articulações entre projetos urbanos setoriais e fortalecimento dos canais e formas de participação da sociedade nos destinos da cidade.

A equipe da SMDU participou ativamente da formulação das políticas públicas integradas, seja nos Grupos de Trabalho do Governo, seja nas Comissões Intersecretariais de Desenvolvimento Sustentável. Planejamento e projeto integrados formaram a base dos processos de negociação política com a sociedade, processos amparados por uma nova plataforma virtual de comunicação e participação – o [www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br](http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br), um canal aberto entre poder público e sociedade que disponibiliza informações em textos simples, com ilustrações e gráficos,

permitindo o envio de comentários, dúvidas e sugestões, além de lançar periodicamente ferramentas participativas que possibilitam o envio de propostas, indicação de problemas e soluções para a cidade.

Este relato resume as principais conquistas das equipes de SMDU e SP Urbanismo, compostas, ao todo, por cerca de 316 funcionários. Com certeza, uma síntese que não retrata a complexidade e o envolvimento e direção dos funcionários na formulação da política urbana, no enfrentamento dos desafios e questionamentos da sociedade.

A capacidade interna de formulação das políticas públicas foi dinamizada e estará voltada para nossos principais desafios em 2014 – a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, também conhecida como Lei de Zoneamento, a implantação dos projetos de Requalificação da Área Central, dos Territórios CEU e a elaboração dos Planos Regionais. Tudo isso em consonância com o processo de descentralização administrativa e de ampliação dos canais de participação popular na formulação da política urbana.

## **II. REVISÃO PARTICIPATIVA DO MARCO REGULATÓRIO DE POLÍTICA URBANA**

**A Revisão Participativa do Marco Regulatório deve abranger uma sequência de ações, iniciadas com a revisão do Plano Diretor Estratégico, que será seguida da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, dos Planos Regionais e do desenvolvimento e aplicação de Leis Específicas, vinculadas ao cumprimento da função social da propriedade.**

### **1. Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico**

Esta ação consta como Meta 120 do Programa de Metas, que prevê a revisão da Lei Municipal 13.430/02, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Nos últimos dez anos, a cidade passou por transformações significativas. Houve um aquecimento do mercado imobiliário com grandes aumentos nos preços de imóveis e de aluguéis. Alguns problemas urbanos estruturais se agravaram prejudicando as condições de vida da população. Por exemplo, as condições de mobilidade pioraram, a qualidade do meio ambiente urbano se deteriorou e as necessidades habitacionais se aprofundaram nos bairros periféricos e nos assentamentos precários e informais ocupados pelas moradias da população de baixa renda. Nesse contexto, a revisão participativa do Plano Diretor do Município de São Paulo formulou propostas que buscam contribuir para a resolução destes e de outros problemas urbanos, além de regular e orientar a produção imobiliária segundo novos padrões de localização e de construção de empreendimentos. Dentre as propostas formuladas na revisão do Plano Diretor Estratégico vale destacar:

- a estruturação do desenvolvimento urbano articulado à rede de transporte público coletivo;
- a criação de condições para a geração de oportunidades de emprego em áreas intermediárias e periféricas da cidade e, por outro lado, a orientação para a criação de locais de moradia em áreas mais centrais;
- a ampliação das áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social;

- a introdução do instrumento de política urbana denominado “Cota de Solidariedade” que favorece a produção de habitação de interesse social no processo de produção imobiliária.

A proposta do novo Plano Diretor Estratégico atende às demandas de mudança do ordenamento territorial da cidade contemporânea, ao eleger a questão da mobilidade como central deste processo. A leitura das características urbanas, sociais e ambientais dos processos de ocupação do território e suas especificidades embasaram a segmentação da cidade em 6 macroáreas, distribuídas em 2 macrozonas, cada qual com objetivos específicos que nortearam a aplicação de instrumentos urbanísticos que favorecem sua transformação no sentido da preservação e conservação ambiental, qualificação dos espaços urbanos, promoção da justiça social e redução das vulnerabilidades urbanas. Os eixos de transporte coletivo foram tratados como eixos de estruturação da transformação urbana. O ordenamento territorial e os instrumentos urbanísticos correlatos, que compõem o Título II do Projeto de Lei 688/2013 que dispõe sobre a revisão do PDE, são rebatidos nas ações públicas necessárias à complementação e qualificação de sistemas urbanos e ambientais que estruturam os espaços urbanos, explicitadas no Título III.

A revisão foi elaborada a partir de grupos de trabalho intersecretariais, coordenados pela equipe técnica do Departamento de Urbanismo – DEURB. Foi elaborada também com base em ampla participação da sociedade civil e movimentos sociais organizados, através de vários canais de participação, descritos a seguir, dentre eles o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, audiências públicas, oficinas temáticas e regionais nas 31 subprefeituras, workshops, entrevistas em mídia impressa, audiovisual e eletrônica. Todo o processo foi registrado na plataforma especialmente criada para este fim – o [www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br](http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br).

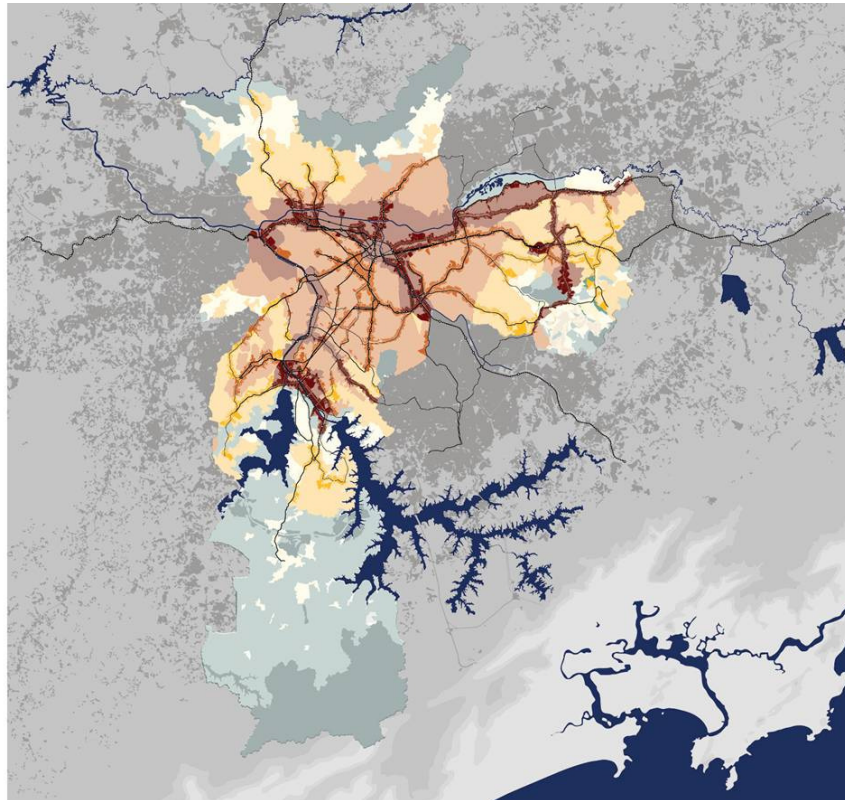
As propostas técnicas e as contribuições da sociedade civil foram consolidadas em minuta de projeto de lei, amplamente debatida e colocada à disposição para consulta pública na plataforma digital mencionada. Ao final do processo participativo foram realizadas 8 (oito) atividades devolutivas em diferentes regiões do Município e 2 (duas) audiências públicas. Em 26 de setembro de 2013, o PL 688/13 foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo, para tramitação e aprovação pelos vereadores.

**MACROÁREAS x EIXOS  
DE ESTRUTURAÇÃO  
DA TRANSFORMAÇÃO  
URBANA**

-  Estruturação Metropolitana
-  Qualificação da Urbanização Consolidada
-  Redução da Vulnerabilidade Urbana
-  Recuperação Urbana e Ambiental
-  Contenção Urbana e Uso Sustentável
-  Preservação dos Ecossistemas Naturais

↑ 0 2 5 10 km

Fonte: PL 688/13  
Elaboração: SMDU, 2013



## 2. Revisão Participativa da Lei de Uso e Ocupação do Solo – Zoneamento

Esta ação consta como Meta 121 do Programa de Metas, que prevê a revisão da Lei Municipal 13.885/04, no que tange ao parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo.

As normas de parcelamento, uso e ocupação do solo são importante instrumento de organização territorial do município e devem se basear nas diretrizes estabelecidas no Plano Diretor. Tais normas definirão o que pode ser construído em cada local da cidade, o quanto pode ser construído e de que forma e onde poderão ser instalados os diversos usos, atividades e edifícios na cidade. Para tanto, o zoneamento depende diretamente da revisão do Plano Diretor que está em curso no âmbito do Legislativo.

Em 2013, o Departamento de Uso do Solo – DEUSO conduziu ações de preparação para a revisão da Lei de Zoneamento, podendo ser destacadas as seguintes atividades:

- 1) realização de estudos de aplicação da lei vigente;



- 2) realização de oficinas com técnicos da Secretaria de Licenciamento com o objetivo de nivelar o conhecimento interno à PMSP sobre a aplicação da legislação de zoneamento vigente;
- 3) realização do Concurso Nacional Ensaio Urbanos: desenhos para o Zoneamento de São Paulo, realizado pelo IAB-SP e promovido pela SMDU, com o objetivo de obter subsídios técnicos para auxiliar o processo participativo de revisão da Lei de Zoneamento da cidade. Os resultados serão divulgados no início de 2014.
- 4) abertura de concorrência para contratação de serviços técnicos de apoio ao processo participativo de revisão da Lei de Zoneamento.





### **3. Revisão Participativa dos Planos Regionais**

Esta ação consta como Meta 122 do Programa de Metas, que prevê a revisão da Lei Municipal 13.885/04, no que tange aos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras da Cidade.

A revisão desses Planos Regionais Estratégicos deverá ocorrer como uma complementação aos processos de revisão do Plano Diretor Estratégico e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Desse modo, diferentemente dos Planos Regionais Estratégicos atualmente vigentes, contidos na Lei 13.885/2004, sua revisão não deverá estabelecer o zoneamento do território municipal para a aplicação das diretrizes e parâmetros para a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, mas deve complementar essas diretrizes e parâmetros e também identificar áreas específicas para aplicação de instrumentos de política urbana, condizentes com as novas leis do Plano Diretor Estratégico e de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Os conteúdos a serem abordados na revisão dos Planos Regionais Estratégicos podem compreender:

- definição de bases e diretrizes para a elaboração de Planos de Desenvolvimento de Bairros a partir de práticas e processos sociais e comunitários existentes;
- identificação de Áreas de Estruturação Local para a realização de projetos urbanísticos articulados com os sistemas urbanos e ambientais da cidade;
- definição de obras, ações e intervenções de melhorias urbanas locais;
- indicação de estratégias para o desenvolvimento institucional das Subprefeituras, tendo em vista a descentralização administrativa.

É importante ressaltar que a revisão dos Planos Regionais Estratégicos deverá envolver diretamente o recém instituído Conselho de Participação das Subprefeituras.

Em 2013, foi iniciado o planejamento desta ação que deve ter início nos primeiros meses de 2014, concomitantemente e associado à implantação do chamado governo local – através dos núcleos intersetoriais regionais - nas 32 Subprefeituras da Cidade. O trabalho se iniciará com a definição mais detalhada do escopo e da metodologia de revisão dos Planos Regionais Estratégicos, em associação com a proposta metodológica de elaboração dos Planos de Bairro.

#### **4. Implantação do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade**

O Departamento de Controle da Função Social da Propriedade (ou DCF) foi instituído no âmbito da SMDU pela Lei Municipal 15.764, sancionada em Maio de 2013. Sua atribuição precípua é estruturar e coordenar a aplicação dos instrumentos do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, assim como seus sucedâneos (IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação Sanção). Com base num vasto marco normativo, que parte da Constituição Federal (art. 182), passa pelo Estatuto da Cidade, pelo Plano Diretor Estratégico, por uma lei municipal específica (lei 15.234/2010) e seu regulamento, o objetivo do DCF, em articulação com o restante da SMDU e de outros órgãos municipais, é combater a ociosidade de imóveis nas regiões da cidade dotadas de infraestrutura aptas a sustentar usos em conformidade com a função social da propriedade. Exigir tais usos implica um procedimento formal que tem início com a identificação dos imóveis, para posterior notificação aos proprietários, estabelecendo prazos, sanções e demais mecanismos de aplicação dos instrumentos.

Ao longo do segundo semestre de 2013 concretizamos (i) a formação e capacitação da equipe técnica; (ii) estudos e definição de procedimentos e fluxos; (iii) a análise e consolidação das pesquisas acadêmicas, levantamentos e bancos de dados já desenvolvidos acerca da subutilização - em sentido amplo - de imóveis, os quais privilegiaram, nos últimos anos, a região central; (iv) o planejamento das ações de curto prazo, com ênfase na definição e construção de ferramentas para o monitoramento posterior às notificações; (v) a formalização - ainda em curso - de convênios com os Registros de Imóveis e concessionários de serviços públicos, para o refinamento de informações.

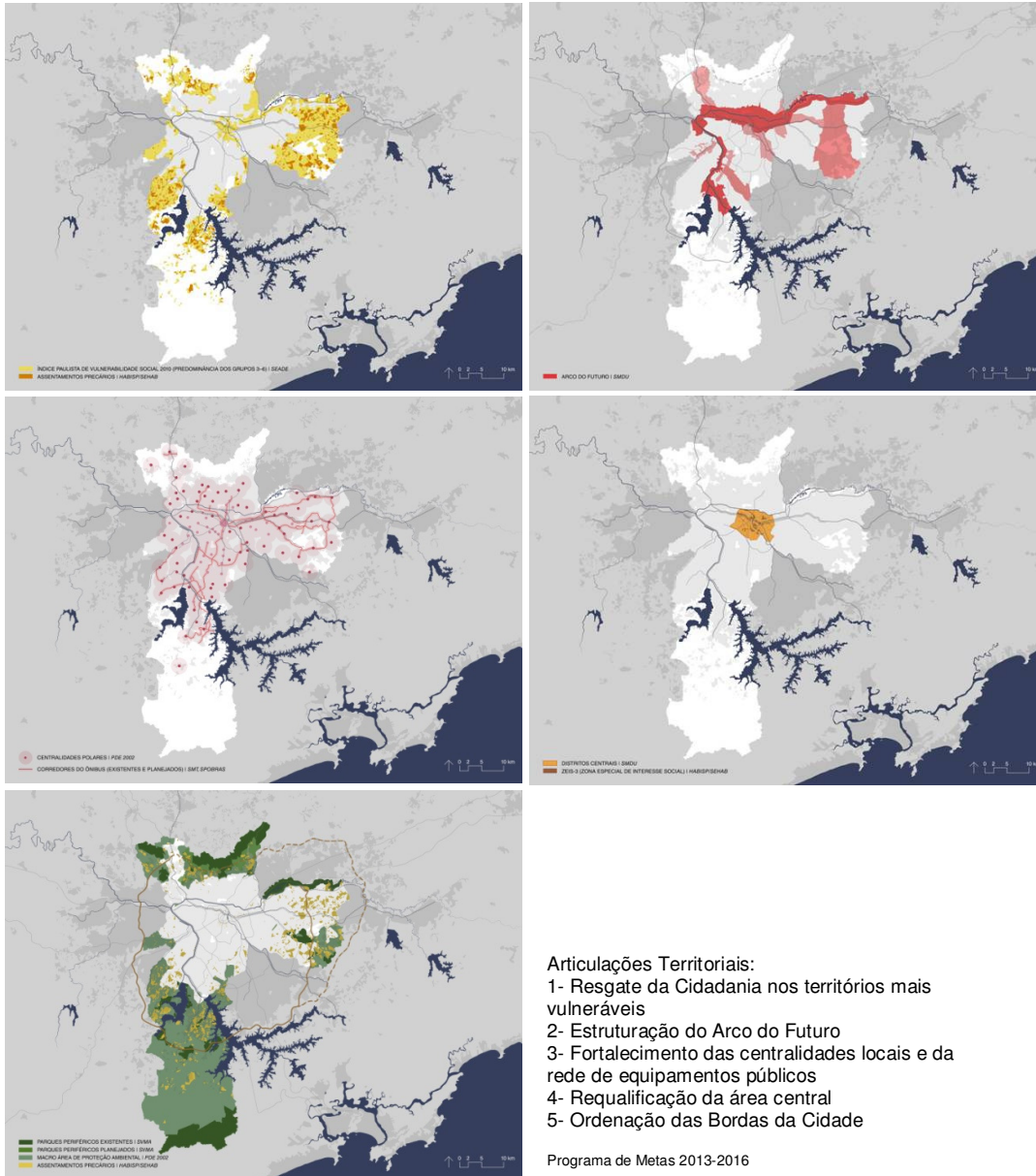
Os avanços foram significativos, considerando tratar-se de um instrumento com experiências de aplicação anteriores raríssimas e limitadas, mas podemos assumir como certo o início das notificações na metade do primeiro semestre de 2014. O primeiro bloco compreenderá 40 imóveis, sendo ao menos 30 no perímetro da Operação Urbana Centro (todos da categoria de não-utilizados) e 10 em ZEIS 2 ou 3 (todos não edificadas ou subutilizados). Entretanto, isso representa em torno de 158 notificações e respectivas averbações, posto que pelo menos dois imóveis seriam representados por condomínios (de uso residencial ou não-residencial), com média de 60 unidades autônomas. Para o segundo semestre, daremos início a um segundo bloco, desta feita de 80 imóveis, eventualmente alterando a proporção entre Centro e ZEIS, mas atingindo outras 306 notificações, pelos mesmos critérios anteriores.

### **III. ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO**

**A principal contribuição da SMDU ao Programa de Metas, que orienta as ações gerais do Governo, é a de propiciar uma visão articulada e integrada das políticas públicas no território, visando a recuperação urbana, social e ambiental. Ações de planejamento e projeto estão articuladas para garantir que os investimentos incrementem efeitos positivos e ganhem sinergia para a transformação do espaço urbano.**

#### **5. Programa de Metas**

Conforme estabelece a Emenda 30 à Lei Orgânica do Município, o Programa de Metas elaborado no início de cada gestão deve apresentar metas regionalizadas e em conformidade com o que estabelece o Plano Diretor. Portanto, as diretrizes de articulação territorial das metas propostas nasceram do amplo debate sobre os processos recentes de transformação da cidade e as Macroáreas propostas pela revisão do Plano Diretor Estratégico guardam, dessa forma, estreita relação com as cinco articulações territoriais contidas no Programa de Metas. De fato, são segmentos territoriais com características e desafios semelhantes, do ponto de vista da política urbana, que exigem ações específicas do Poder Público.



## 6. Corredores de Ônibus

Esta ação é apoio ao desenvolvimento da Meta 93, que prevê a implantação de 150km de corredores de ônibus até 2016. Neste caso, a SP Urbanismo compatibilizou os projetos funcionais dos corredores desenvolvidos por SP Obras e SP Trans à estratégia de desenvolvimento urbano propiciando a adequada inserção urbana estruturada no território a partir dos eixos de mobilidade. Esta análise inclui uma avaliação preliminar sobre o impacto das desapropriações na malha urbana,

acessibilidade aos usuários e provisão de áreas para equipamentos sociais com eventuais sugestões de ajustes no projeto. Por sua vez, as desapropriações passam a ser vistas como oportunidades de desenvolvimento urbano local, ao associar, em alguns trechos, perímetros de quadra que evitem segmentar lotes e deixar áreas remanescentes de desapropriação sem uso definido. Este estudo é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, pois os perímetros ampliados para desapropriação servem para acomodar futuros empreendimentos habitacionais, necessários à relocação das famílias desapropriadas, além de áreas para implantação de equipamentos sociais, tais como creches, escolas infantis e Unidades Básicas de Saúde, configurando assim uma nova identidade que qualifica os eixos de mobilidade.

Também, a expansão da rede de corredores de ônibus foi base para a formulação na revisão do Plano Diretor Estratégico dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, que visam articular o desenvolvimento urbano ao sistema de transporte público coletivo e assim integrar as políticas setoriais no território.

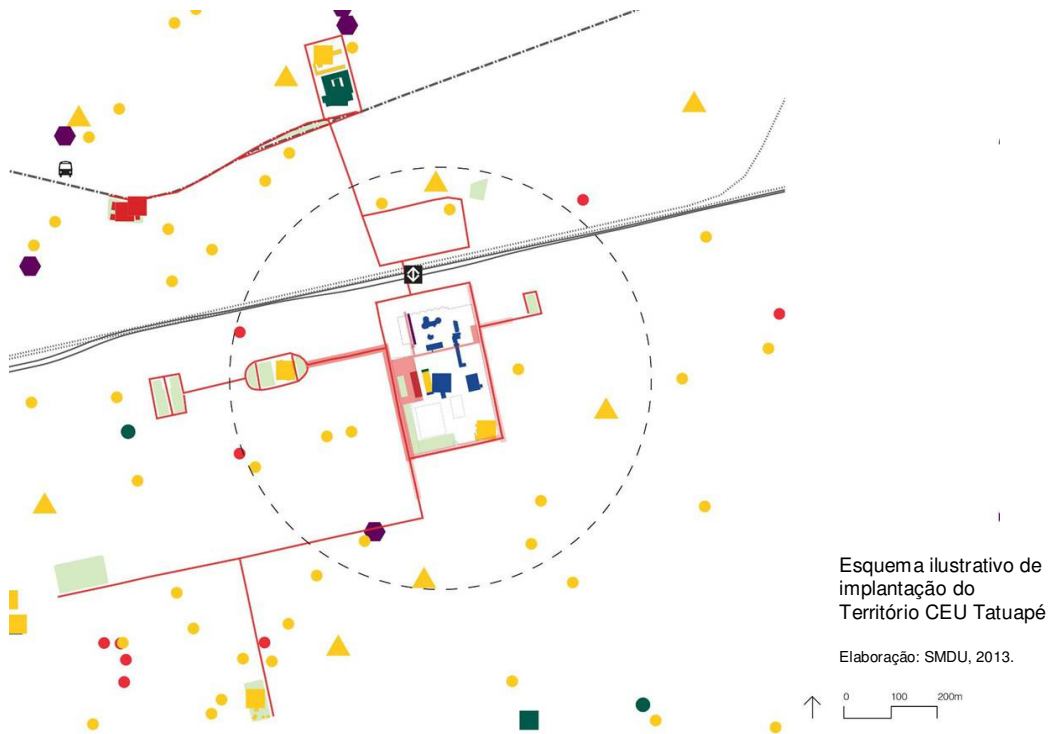
## **7. Território CEU e Rede Integrada de Equipamentos**

O Programa de Metas 2013-2016 da Cidade de São Paulo prevê a implantação de 20 novos CEUs – Centros Educacionais Unificados (Meta 16), além de um conjunto de mais de 700 novos equipamentos sociais, para atender às demandas por serviços em toda a cidade nos próximos quatro anos.

Os novos CEUs a serem implantados ampliam o conceito original de integração entre programas educacionais, pela possibilidade de se integrar a outros serviços sociais, tais como os de saúde e assistência social. No campo pedagógico, a adesão das escolas municipais ao Programa Mais Educação, do Governo Federal, amplia as possibilidades de uso destes equipamentos para as atividades de contra-turno escolar necessárias à educação em tempo integral. Esta se potencializa ainda mais com a integração destes novos CEUs aos equipamentos do entorno, abrindo possibilidades de educação além-muros escolares e configurando um espaço ampliado de educação através do chamado Território CEU.

Em 2013, foram realizadas as seguintes ações:

- Articulação entre Secretarias Municipais, para seleção dos terrenos e regiões, consolidação do novo programa do CEU e início da estruturação de núcleos de discussão para a implantação dos Territórios
- Evento de apresentação dos Territórios CEU aos servidores da PMSP na Biblioteca Mário de Andrade, realizado no dia 23 de setembro de 2013
- Identificação e seleção de terrenos, contando com duas fases, sendo a 1ª voltada predominantemente aos centros esportivos e a 2ª fase para elaboração de critérios de configuração das regiões e pré-seleção de terrenos a vistoriar
- Elaboração do programa arquitetônico, partindo do desenvolvimento dos agrupamentos funcionais (educação, cultura, esporte e uso múltiplo) até o pré-estudo de viabilidade de implantação nos lotes
- Elaboração dos editais de licitação:
  - 1ª Licitação: Elaboração do sistema, projeto básico dos agrupamentos funcionais, orientações de implantação e cadernos de detalhes do projeto do edifício do Território CEU.
  - 2ª Licitação: Contratação dos projetos executivos de implantação em nove terrenos que conformarão Territórios CEU. Além do projeto de implantação, esta licitação consiste de laudos técnicos sobre os edifícios públicos municipais existentes nos lotes, de projeto de reforma para tais edifícios e de projeto de paisagismo.
- Participação na criação de banco de dados (terrenos, equipamentos, planejamento e demandas) de estruturação da Rede de Equipamentos.



## 8. Estudos de apoio à Macrodrenagem Urbana

Esta ação é a Meta 106 do Programa de Metas, que visa desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana. Este programa deverá ser elaborado a partir de estudos para intervenções em regiões com alto índice de alagamentos/enchentes, em articulação com outras esferas de governo e sociedade civil, respeitando características ambientais da região e das bacias hidrográficas de São Paulo.

Em setembro de 2013 foi publicado o edital para contratação da elaboração de programa de drenagem e manejo de águas pluviais, tendo sido recebidas as propostas técnicas em novembro de 2013.

A elaboração de programa de drenagem e manejo de águas pluviais deve contemplar, durante o ano de 2014, o estudo de 4 (quatro) bacias hidrográficas, desenvolvendo as seguintes ações:

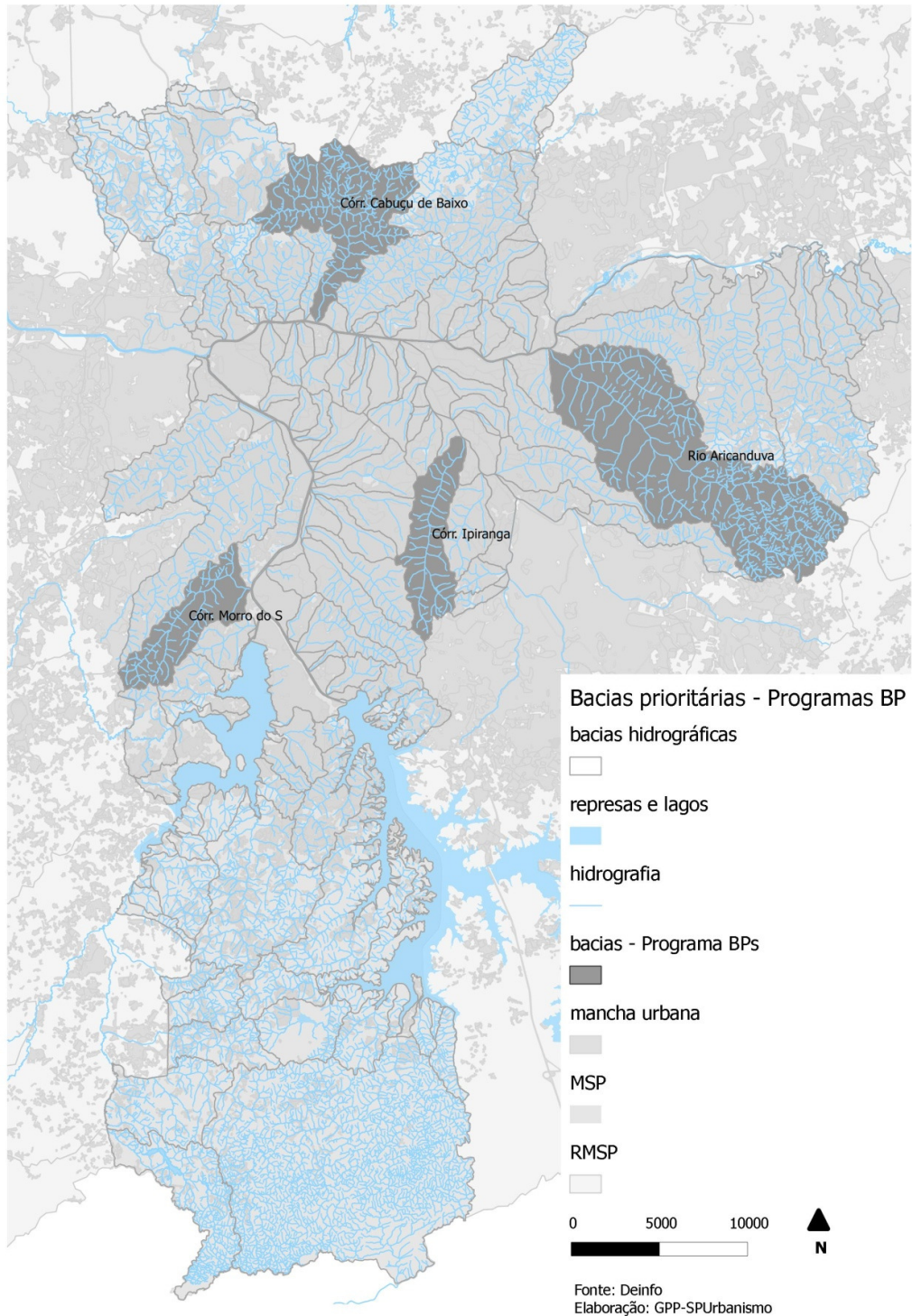
1. Levantamento de informações básicas, cadastro de campo e elaboração de cartografia das bacias a serem estudadas;



2. Diagnóstico hidrológico e hidráulico com a utilização de modelos computacionais de simulação e mapeamento das áreas de inundação para diferentes riscos hidrológicos;
3. Proposição de intervenções com medidas estruturais e não estruturais;
4. Elaboração de anteprojetos, com avaliação de quantitativos e custos das intervenções e análise benefício custo;
5. Estudo da viabilidade ambiental das intervenções propostas.

Estes estudos devem subsidiar a execução de projetos de intervenções específicas, destinados à recuperação dos cursos d'água e de suas bacias hidrográficas.

Além disso, deve ser proposta a institucionalização de uma instância municipal que articule os órgãos que atuam na questão da drenagem urbana.



## **9. Governo Local – Descentralização Administrativa**

O processo de descentralização administrativa, iniciado no Governo 2001-2004 e interrompido nas administrações subseqüentes, foi retomado nesta gestão através de algumas ações:

- a instituição do Conselho de Participação das Subprefeituras, cujos representantes foram eleitos em dezembro de 2013, o que reforça o caráter participativo deste processo.
- a proposta de criação dos núcleos intersetoriais regionais, que devem contar com representação dos diversos setores, articulados em cada Subprefeitura
- a participação das Subprefeituras no processo de planejamento da cidade, através da elaboração do Programa de Metas, da revisão do Plano Diretor Estratégico e do Plano Plurianual

A SMDU tem participado deste processo ativamente, através das ações já citadas e mais diretamente pela:

- implementação de um conjunto de ferramentas de apoio ao planejamento urbano, elaboradas pelo Departamento de Produção e Análise de Informações – DEINFO, que constituirão um “kit” de informações e ferramentas, denominado DATA SUB;
- participação na elaboração do Programa de Requalificação do Espaço Público e Melhoria de Bairros, sob coordenação da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, que visa integrar investimentos e ações em áreas abertas;
- articulação intersecretarial, principalmente para a implantação dos Territórios CEU, que deve fomentar a integração setorial desejada em âmbito local, para a qualificação da rede de equipamentos existentes.

#### **IV. DESENVOLVIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE PLANOS e PROJETOS URBANOS**

Os planos e projetos urbanos estão a cargo de SP Urbanismo. Em 2013, os projetos em andamento relativos às Operações Urbanas foram articulados no chamado Arco do Futuro, que corresponde à Macroárea de Estruturação Metropolitana, tal como proposta no Plano Diretor Estratégico (PL 688/13). A leitura compreensiva deste conjunto de intervenções levou à revisão dos projetos em andamento, de forma a garantir a coerência com o que preconiza o novo Plano Diretor – garantir melhor acessibilidade e integração entre locais de moradia, de desenvolvimento econômico e trabalho, bem como aos serviços urbanos básicos.

##### **1. Arco do Futuro – Arco Tietê**

O Arco do Futuro é um território estratégico no qual se busca a alteração do modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo em direção a uma cidade mais equilibrada do ponto de vista urbanístico, ambiental, econômico e social. Seu perímetro combina três elementos estruturantes no processo de formação da cidade: os dois principais rios – Pinheiros e Tietê, que drenam as principais bacias hidrográficas; as ferrovias, que determinaram a localização das estruturas produtivas ao longo dos séculos XIX e XX, e a presença de áreas industriais em transformação, cuja reestruturação apresenta grande potencial de aproveitamento pela cidade no sentido de otimizar e qualificar o espaço urbano.

Tais condições devem ser repensadas à luz dos novos ciclos de desenvolvimento. Uma nova conformação deve ser orientada para este território: os terrenos fabris subutilizados devem dar lugar à construção de moradias, atendendo sobretudo a demanda de habitação de interesse social e de mercado popular, e aos novos usos produtivos em função de uma nova dinâmica de produção e geografia econômica; o sistema ferroviário, cada vez mais voltado ao transporte de passageiros, precisa se articular aos outros sistemas de mobilidade local e metropolitana, incluindo corredores de ônibus, metrô e ciclovias; e as águas e parques, mediados por espaços públicos qualificados, devem se aproximar da vida cotidiana da cidade e, também, mitigar problemas de drenagem urbana e de aquecimento da atmosfera.

O adequado aproveitamento desse território marca uma estratégia de longo prazo para São Paulo. Sua viabilização, entretanto, precisa ser planejada desde logo para que não se percam as oportunidades de desenvolvimento ordenado da cidade. Nesse sentido, dois conjuntos de estratégias estão em andamento. Em primeiro lugar, com vistas à ordenação desse espaço, a fundamental regulação de sua transformação, ensejada nos planos e projetos urbanos, para que a produção privada seja uma aliada das estratégias desejadas. Em segundo lugar, a ordenação das ações de governo para que os investimentos públicos na cidade sigam o novo modelo de desenvolvimento urbano. As metas agrupadas nesta articulação territorial marcam, portanto, a conexão de um modelo de longo prazo com o conjunto de ações que serão desenvolvidas no período 2013-2016. O Arco do Futuro pretende articular processos de transformação urbana de escala macrometropolitana e metropolitana à mobilidade e acessibilidade de escala local.

O desenvolvimento de estudos para a transformação urbana do Arco Tietê faz parte da Meta 123, que contempla ainda a aprovação da Operação Urbana Consorciada Mooca/Vila Carioca (Bairros do Tamanduateí) e a revisão da Operação Urbana Água Branca.

As ações desenvolvidas no âmbito deste projeto foram:

- Definição do perímetro Arco Tietê, no âmbito do Arco do Futuro, e levantamento dos projetos colocalizados de várias Secretarias Municipais e do Governo do Estado promovido pelo Seminário Temático do Arco Tietê;
- Criação da Comissão de Avaliação com participantes de diferentes Secretarias Municipais e do Governo do Estado;
- Publicação do chamamento público para estudos do Arco Tietê dividido em duas fases: pré-viabilidade e viabilidade;
- Análise das 26 propostas de projetos de pré-viabilidade, concluída após realização de apresentação pública, em setembro de 2013, de consulta online por meio da plataforma Gestão Urbana;
- Publicação do Relatório Resumo descrevendo a conclusão da primeira fase e habilitando 17 equipes para a participação na segunda fase do chamamento, em andamento. Faz parte deste Relatório a definição das diretrizes e escopo para os estudos de viabilidade, segunda fase do chamamento, em andamento.

- Desenvolvimento de cenários de intervenção para a implantação da Ponte próxima à Av. Raimundo P. de Magalhães visando criar uma nova conexão com a região noroeste contribuindo para expansão do sistema de transporte em rede.
- Avaliação e consolidação de alternativas em conjunto com a SIURB, SP Trans e CET incluindo análise de custos e benefícios para a implantação da Ponte da Raimundo P. de Magalhães.

No âmbito da Operação Urbana Faria Lima:

- Desenvolvido o Programa habitacional Panorama que tem como objetivo a provisão de Habitação de Interesse Social à população da favela do Jardim Panorama e a integração deste núcleo habitacional ao tecido urbano e à rede local de equipamentos, espaços públicos e áreas verdes, inclusive com a transposição de pedestres e ciclistas por sobre o Rio Pinheiros, de forma articulação ao transporte coletivo de alta capacidade de maneira sustentável;
- Elaboração e encaminhamento para DESAP da planta expropriatória com o Decreto de Utilidade Pública - DUP de uma área para receber o acesso a Passarela Panorama.
- Desenvolvimento de cenários de transformação para o eixo da Avenida Juscelino Kubitschek, com vistas à qualificação urbanística e a valorização da mobilidade não motorizada
- Cumprimento dos requisitos da licença ambiental com o projeto de implantação de 11 novos quilômetros de ciclovia entre o eixo da Avenida Fonseca Rodrigues, Faria Lima e Helio Pelegrino, articulando a conexão com todas as estações de trem ao longo do rio Pinheiros, no âmbito do perímetro da OUC Faria Lima e a ligação entre os Parques Villa-Lobos e Ibirapuera.
- Revisão dos processos de ocupação do espaço público junto ao Largo da Batata, inclusive com oferta de equipamentos de apoio aos ciclistas e articulação com a sociedade local para o desenvolvimento de atividades no espaço público.

## **2. Requalificação da Área Central**

Esta é a Meta 72 do Programa de Metas, que prevê a requalificação dos espaços públicos do Centro.



Fizeram parte desta ação a realização de um conjunto de oficinas para a formulação da metodologia de elaboração de projetos-piloto em conjunto com a sociedade, universidades e diversos órgãos do poder público.

Todo o processo de discussão e oficinas se inicia com a instituição de um canal de participação, pela realização de workshops com a comunidade da área central para avaliação e construção de estratégias de reocupação do centro, processo este denominado Centro Diálogo Aberto, que está registrado em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto>.

As principais ações realizadas até o momento são:

- Avaliação da condição de uso e da infraestrutura dos espaços públicos da área central, distritos Sé e República;
- Levantamento dos projetos colocados de diversas secretarias sobre a área central, principalmente transportes, infraestrutura e Subprefeitura da Sé;
- Desenvolvimento de 4 projetos-piloto de ocupação de espaços públicos da área central (Pátio do Colégio, Largo São Francisco, Largo Paissandu, Avenida São João e Rio Branco);
- Valorização da Operação Urbana Centro, com inclusão de diretrizes específicas na revisão do Plano Diretor Estratégico do Município, integrante da Macroárea de Estruturação Metropolitana;
- Desenvolvimento de projeto conceitual que contém diretrizes para a requalificação do Vale do Anhangabaú;
- Apoio à finalização do processo de Concessão de Direito Real de Uso do Pátio do Pari e envio da minuta de concessão do Circuito de Compras para a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento, responsável pela licitação.
- Apoio para articulação e definição dos projetos de transporte e de terminais com vistas a requalificação do Parque D. Pedro II

### **3. Operações Urbanas Consorciadas– Água Branca e Mooca/Vila Carioca**

As Operações Urbanas Consorciadas Água Branca e Mooca/ Vila Carioca fazem parte da Meta 123, que engloba ainda a elaboração de estudos para a implantação do Arco Tietê.



A Operação Urbana Água Branca já se encontrava em tramitação junto à Câmara Municipal no início da gestão, por meio do PL 505/12. Após a realização de uma série de audiências públicas, foram elaboradas propostas para um substitutivo ao PL 505/12, aprovado em outubro de 2013.

Os projetos previstos na Lei 11.774/95, prioritários para o desenvolvimento no âmbito da nova lei tiveram seus estudos iniciados, com vistas ao imediato cumprimento das obrigações previstas no artigo 8º.

Com relação à Operação Urbana Consorciada Mooca/Vila Carioca, as ações da Secretaria foram iniciadas a partir da revisão das estratégias e conceitos do projeto desenvolvido, para compatibilizá-lo às diretrizes do novo Plano Diretor e às propostas desenvolvidas no âmbito do Arco Tietê.

O projeto foi concluído com a entrega do Relatório de Impacto Ambiental para licenciamento ambiental. A próxima etapa desta ação será a elaboração do Projeto de Lei para envio e aprovação junto à Câmara Municipal.

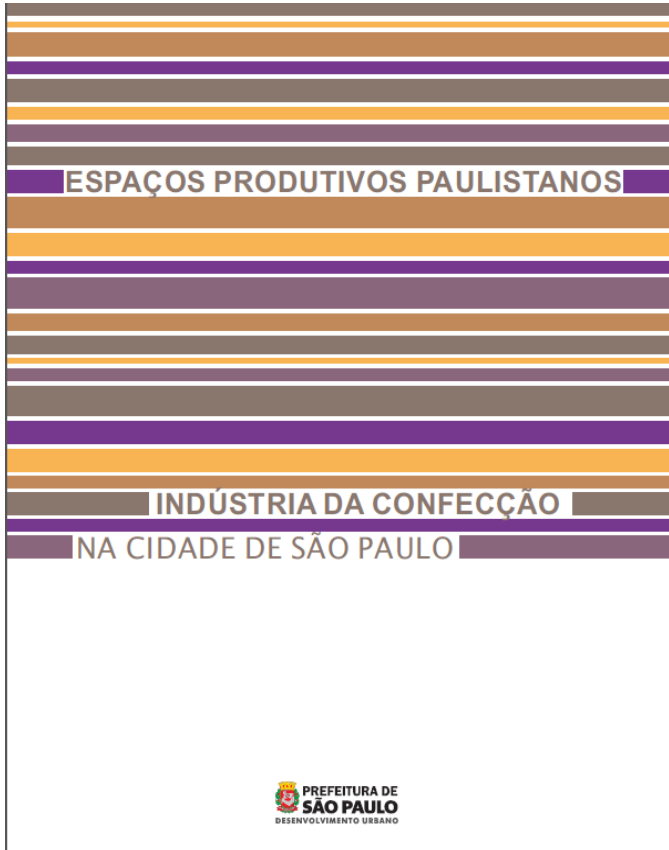
## **V. GESTÃO DE SISTEMAS E INSTRUMENTOS DE TECNOLOGIA, PRODUÇÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO**

**As ações de estruturação de informações para o planejamento urbano foram desenvolvidas de forma a equilibrar a progressiva melhora na qualidade das informações produzidas, a disponibilização para o público e a análise e utilização dos dados para informar a política urbana.**

Nessa linha, os principais projetos desenvolvidos pelo Departamento de Produção e Análise de Informação (DEINFO) foram:

- organização do acervo de dados em formato aberto, de acordo com os padrões nacionais, e sua disponibilização para o público: pela primeira vez, estão acessíveis as bases estatísticas e geoespaciais, incluindo o Mapa Digital da Cidade (MDC) completo;
- implantação de um Sistema Municipal de Informações Geográficas (Meta 111 do Programa de Metas), cujo principal objetivo é constituir um caminho único para consulta, acesso e análise, incluindo diferentes sistemas com informações territoriais da Prefeitura. Para o desenvolvimento desta ação, foram realizadas atividades preliminares, tais como a estruturação do Projeto (proposta técnica, orçamento, contratação), a apreciação do projeto no GTI – SIG (Grupo Técnico Intersecretarial do SIG) e aprovação no CoSIG – Conselho Gestor do SIG. Após a contratação, no início de Dezembro, já foram realizadas as seguintes entregas parciais: (i) plano do Projeto (100%); (ii) Sistema Básico de Consulta 2.0 (25%); (iii) download das Folhas do MDC 2.0 (25%); (iii) Plano de Integração das Bases e Sistemas (12,5%); Matriz de Perfil Usuários e Funcionalidades (33%);
- desenvolvimento de estudos e análises em torno das principais questões da cidade. A série “Espaços Produtivos Paulistanos”, cujo objetivo é compreender as principais dinâmicas produtivas e territoriais, teve seu primeiro estudo produzido “Setor da moda e indústria da confecção na cidade de São Paulo”. Os “Informes Urbanos”, boletim mensal com o objetivo de difundir, de modo sintético, informações sobre temas relevantes e atuais da cidade de São Paulo, contou com três publicações: sobre a

indústria da confecção; sobre a produção imobiliária de vagas de garagens; sobre os idosos no mercado de trabalho<sup>1</sup>.



<sup>1</sup> [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes\\_urbanos/](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/).

## VI. ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Com objetivo de aprimorar os mecanismos de interação com a sociedade civil para o planejamento e gestão urbanos do município, além de fomentar o desenvolvimento de estudos e a difusão, a SMDU, por meio da Lei 15.764/13, foi reestruturada tendo sido criadas as assessorias de Participação Popular e Comunicação, de Pesquisa Aplicada e Fomento e de Relações Institucionais e a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados.

### 1. Reforço dos canais de participação institucionais existentes

Ao longo de 2013, os canais de participação institucionalizados foram reforçados por meio da reestruturação dos diferentes órgãos bem como pela revisão de procedimentos de gestão. Foi constituída a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados (SEOC) que tem como objetivo garantir a integração e a modernização da gestão destes, assim como organizar suas reuniões e manter um fluxo contínuo de informações entre todos os participantes.



Reunião CMPU  
28/nov/2013

#### 1.1. O Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

O Conselho Municipal de Política Urbana passou, no início de 2013, por um processo de reestruturação com o objetivo de efetivar seu papel fundamental no debate da política urbana do município. Configura-se como um espaço político de participação e

interação com a Sociedade Civil que ao longo de 2013 teve papel ativo no processo de revisão participativa do Plano Diretor Estratégico. Assuntos como Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, Programa de Metas, Arco Tietê, Eixos Urbanísticos, Plano Municipal de Mobilidade Urbana, Concurso Ensaio Urbanos e o aprofundamento da relação com demais esferas participativas, tais como FUNDURB, CEUSO, CPPU e CMTT foram objeto de discussão em 2013. Foram realizadas, ao longo do ano, 12 reuniões do pleno do CPMU e 3 reuniões do Grupo de Trabalho constituído especificamente para debater o processo participativo de revisão do PDE.

#### 1.2. O Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB

O Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano objetivou, em 2013, uma mudança de paradigma quanto à gestão de seus recursos e à transparência das informações. Focou-se em discussões de qualidade a respeito da aplicação dos recursos e de demonstrações claras e transparentes sobre obras e projetos realizados com os recursos do FUNDURB. Em 2013 o Conselho Gestor se reuniu seis vezes, sendo duas reuniões extraordinárias e quatro ordinárias. Ademais, podemos citar avanços nos procedimentos administrativos do fundo, como a aprovação, no âmbito do conselho gestor, de formulário padrão para liberação de recursos com dados claros e resultados esperados, da apresentação do andamento das obras pelos órgãos executores, com arguição e participação da sociedade civil, da disponibilização das convocações de reuniões, suas pautas e atas no site da SMDU.

#### 1.3. A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU

Foram retomados os trabalhos da Comissão com uma nova composição de membros e com a reorganização da secretaria executiva. Foram realizadas 9 reuniões e analisados 65 processos. Eventos culturais e intervenções artísticas (arte pública), em especial o grafite, foram debatidos ao longo do ano.

#### 1.4. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU

A CTLU iniciou seus trabalhos em 2013 implementando uma série de providências no sentido de aperfeiçoar suas atividades, como, por exemplo, procedendo à verificação prévia da coexistência de pressupostos legais e procedimentais para submissão de processos ao Plenário (verificação da hipótese de competência da CTLU, dos

pressupostos legalmente exigidos para que a CTLU conheça das questões que lhe são submetidas, da instrução dos processos com dados técnicos necessários à apreciação dos pedidos, etc); dando ciência e coletando a assinatura dos membros nas atas das reuniões realizadas; exercendo rigoroso controle sobre os prazos legais e regimentais para prática de atos administrativos; utilizando recursos de tecnologia da informação para transmissão de informações relativas ao conteúdo das questões submetidas à Câmara e respectivas deliberações; utilizando critérios objetivos para ingresso e retirada de processos da pauta, entre outras.

Com relação especificamente às ações relacionadas à transparência das informações, foram disponibilizadas no site da SMDU diversos materiais sobre as reuniões: convocações, extratos e atas (que passaram a ser assinadas por todos os membros).

Destaca-se, por fim, que, ao longo de 2013 foram realizadas 10 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias nas quais foram analisados 333 processos, proferidos 292 pronunciamentos, editadas 11 resoluções, emitidos 25 despachos e lavradas 29 certidões de Operações Urbanas.

## **2. Implementação de novos processos participativos**

Novos processos de participação foram abertos de forma a ampliar o alcance do debate da política urbana para além dos canais formalmente instituídos e das formas tradicionais de colaboração, com o objetivo de, para além de receber e catalogar propostas, estabelecer canais de diálogo e de formulação abertos. Como exemplo, foram realizadas oficinas que contaram com mesas de debate de no máximo 8 pessoas, durante o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico. Ainda que demandando intensa mobilização da equipe técnica de SMDU para um processo tão pormenorizado de oficinas participativas, o resultado foi bastante positivo – foram feitas mais de 5.000 contribuições através dos diferentes meios de participação para a revisão do PDE, que contou com oficinas e reuniões presenciais e canais online.

Dessa forma, estão se consolidando métodos e instâncias de participação que devem acompanhar o desenvolvimento das ações da SMDU nos próximos anos, principalmente na elaboração dos planos e projetos urbanos.

As ferramentas digitais também foram repensadas, com a implementação da plataforma Gestão Urbana e a reformulação do site da SMDU, que traz informações reorganizadas e maior clareza na comunicação.

gestão urbana SP Beta  **PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
DESENVOLVIMENTO URBANO

Cadastre-se e receba notícias

Seu e-mail

OK

Redes sociais  Curtir 2,1 mil  Seguir

Entenda Notícias Agenda Biblioteca

Acontecendo agora: [Revisão dos Instrumentos](#) [Arco do Futuro](#) [Centro Diálogo Aberto](#)  
[Plano Diretor](#) [Arco Tietê](#)

## O processo de revisão do PDE está na reta final

Acompanhe as principais propostas do plano na página "[Entenda o PDE](#)", que traz gráficos e imagens que simplificam ainda mais as novas estratégias e instrumentos do Plano. Confira também as últimas notícias, faça o download do [Projeto de Lei](#), de mapas e quadros de apoio. Faça parte você também do processo de construção do instrumento de planejamento mais importante da cidade.



[Página do PDE](#)



[Download do Projeto de Lei](#)



### 3. Realização de parcerias para desenvolvimento de estudos, pesquisas aplicadas e difusão

Tendo em vista apoiar a formulação, inovação e implementação de políticas urbanas, foi criada na reestruturação administrativa da SMDU ocorrida no início de 2013, a Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento – APAF. Seu objetivo é desenvolver e articular parcerias com instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais, em conjunto com os Departamentos e Assessorias da SMDU e da SP Urbanismo e demais esferas de governo e Secretarias Municipais, para a realização de pesquisas no campo do desenvolvimento urbano, a fim de investigar inovações técnicas, avaliar instrumentos urbanos, analisar as políticas públicas e subsidiar a estruturação de projetos urbanos.

Dessa forma, durante o ano de 2013, a Assessoria foi estruturada e estabeleceu os primeiros convênios e parcerias de pesquisa, conforme consta da tabela a seguir. Este



ano será dedicado à implementação dos projetos de pesquisa formulados em 2013 e à continuidade do processo de construção de parcerias.

<b>PESQUISAS / CONVÊNIOS</b>	<b>TEMAS</b>	<b>STATUS</b>
IPEA	EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO URBANA	CONVÊNIO FIRMADO PESQUISA EM ANDAMENTO
UNESCO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	PROJETO EM ANÁLISE PREVISÃO DE INÍCIO MAR/2014
COLUMBIA	PROJETOS PILOTOS - ZONA SUL	PROJETO EM ANÁLISE PREVISÃO DE INÍCIO MAR/2014
FAUUSP	REDE DE EQUIPAMENTOS	EM FORMULAÇÃO PREVISÃO DE INÍCIO MAR/14
MACKENZIE-UNESCO	EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO URBANA	EM FORMULAÇÃO PREVISÃO DE INÍCIO MAR/14
C40	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	EM ANDAMENTO
IAU / EESC	ÁREAS DE ESTRUTURAÇÃO LOCAL - ZONA LESTE	EM FORMULAÇÃO PREVISÃO DE INÍCIO ABR/14

## **VI. GESTÃO INTERNA E MELHORIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO**

A Coordenação de Administração e Finanças – CAF, compreendendo 5 áreas distintas de atuação (Contabilidade, Administração, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Centro de Documentação e Difusão) teve um exercício de 2013 pautado pela reorganização dos processos de trabalho e integração com os projetos existentes no âmbito de SMDU. Foram identificadas inúmeras demandas represadas e gargalos de produção que estão sendo diagnosticados e avaliados para integrar um planejamento de ações de médio e longo prazo. Entre eles citamos:

- sobre os recursos de informática, foi realizada a renovação dos equipamentos e recursos, passando-se de um déficit de computadores de trabalho e notebooks antigos e desatualizados para uma situação em que cada departamento está dotado de estações de trabalho para cada servidor. Além disso, foi ampliada a capacidade do parque de impressoras locadas, reduzindo-se a prestação de serviço de reprografia. Para 2014 deve ser realizada a substituição completa do parque de informática com mais de 5 anos de uso;
- foram realizados estudos sistemáticos sobre os contratos de suporte em andamento na Pasta, o que possibilitou o desempenho de valores e utilização inteligente dos recursos - contratos foram reduzidos sem o comprometimento dos serviços prestados;
- foram iniciadas ações voltadas à capacitação profissional da equipe de SMDU, através da identificação de potenciais parceiros na realização de cursos.

Outra atividade que contou com o empenho de CAF foi a organização dos quadros da Secretaria que, com o advento da Lei Municipal n. 15.764/2013, demandou uma reorganização estrutural de servidores e a criação de um novo departamento, o que gerou 182 processos de nomeação, exoneração e remoção.

Também houve a reestruturação do auditório no 10º andar do edifício Martinelli, permitindo que a Secretaria ampliasse sua capacidade de trabalho e integrasse equipes no 18º andar.

Esse constante olhar crítico sobre a evolução orçamentária e financeira permitiu que a Pasta atingisse de forma saudável a execução total dos recursos financeiros disponibilizados no orçamento municipal.

Em dezembro de 2013 a SMDU contava com 165 servidores e 61 estagiários, quadro que tende a crescer em 2014. Assim, caberá a CAF identificar as necessidades, recepcionar e adequar as instalações da Pasta.